



Câmara Municipal de Palmas

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO/SRP Nº 08

PROCESSO Nº 14/2026

CONTRATANTE

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS-PR

UASG 931271

OBJETO

Registro de Preços, destinado à eventual e futura contratação de de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de aparelhos eletrônicos e de suporte multiarticulado para televisor, com a finalidade de atender às necessidades da Câmara Municipal de Palmas/PR.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$49.067,88 (*quarenta e nove mil e sessenta e sete reais e oitenta e oito centavos*)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 07/07/2026 às 09:00h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

MENOR PREÇO POR ITEM

Modo de disputa:

ABERTO E FECHADO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Câmara Municipal de Palmas

Sumário

1. DO OBJETO.. 3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.. 4
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.. 4
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.. 6
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.. 9
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.. 10
7. DA FASE DE JULGAMENTO.. 14
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.. 16
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.. 19
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA..19
11. DOS RECURSOS.. 20
12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.. 22
13. DA FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL.. 22
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.. 23
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.. 25
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.. 26



Câmara Municipal de Palmas

MODELO DE EDITAL

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS-PR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026

Processo Administrativo nº14/2026

Torna-se público que a CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS, Estado do Paraná, por meio do setor de licitações, sediado na Avenida Clevelândia, nº 591, Centro, através da pregoeira Livia Mickaele Alves Xavier, nomeada pela portaria nº 13/2026, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto Legislativo municipal nº 06/2025, das Instruções Normativas nº 3/2018 e 73/2022 (SEGES), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços, para eventual e futura contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de aparelhos eletrônicos e de suporte multiarticulado para televisor, com a finalidade de atender às necessidades da Câmara Municipal de Palmas/PR, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A contratação ocorrerá conforme tabela do Termo de Referência item 1 “Definição do objeto”.

1.3. O valor máximo da presente contratação é de **R\$49.067,88 (quarenta e nove mil e sessenta e sete reais e oitenta e oito centavos)**.

1.4. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgão gerenciador e participantes, bem como as eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).



Câmara Municipal de Palmas

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Para todos os itens, a participação é EXCLUSIVA a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



Câmara Municipal de Palmas

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.9. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



Câmara Municipal de Palmas

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar](#)



Câmara Municipal de Palmas

[nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

- 4.5.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 4.5.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 4.5.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.5.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.5.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.5.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 4.5.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 4.5.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.5.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.5.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.5.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.2 ou 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os



Câmara Municipal de Palmas

documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



Câmara Municipal de Palmas

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário

5.1.2. Quantidade cotada, devendo respeitar o disposto na Tabela.

5.1.3. Eventual divergência entre a Marca/Modelo do objeto cadastrado e o enviado na proposta pelo licitante vencedor será solicitado esclarecimentos.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e,



Câmara Municipal de Palmas

após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.

6.11. No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos.

Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances,



Câmara Municipal de Palmas

após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).



Câmara Municipal de Palmas

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;



Câmara Municipal de Palmas

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



Câmara Municipal de Palmas

6.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.4 deste edital.



Câmara Municipal de Palmas

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. contiver vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.10. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.



Câmara Municipal de Palmas

7.11. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.12. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.13. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.14. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, desde que válido.

8.1.2. Os documentos exigidos para fins de comprovação da habilitação constam no Anexo I deste edital.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



Câmara Municipal de Palmas

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, *parágrafo único*).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e



Câmara Municipal de Palmas

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.



Câmara Municipal de Palmas

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:



Câmara Municipal de Palmas

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1.a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 30 (trinta) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



Câmara Municipal de Palmas

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico da Câmara Municipal (www.camarapalmas.pr.gov.br) no portal da transparência.

11.11. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.11.1. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentado.

12.1.1. Não serão adjudicadas propostas acima do valor máximo estimado.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DA FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

13.1. O licitante será convocado a assinar o contrato, retirar ou aceitar o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da convocação.

13.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, retirar ou aceitar o Instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

13.3. É facultado à Administração, quando a convocada não assinar o termo de contrato, não retirar ou aceitar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos, convidar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas condições propostas de cada classificado, inclusive quanto aos preços de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação.

13.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade do preço, comparado ao preço praticado pelo mercado, o que será atestado mediante pesquisa de preços atualizada, na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.



Câmara Municipal de Palmas

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.5. fraudar a licitação;

14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;



Câmara Municipal de Palmas

14.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#)

14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e;

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto.

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.



Câmara Municipal de Palmas

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade



Câmara Municipal de Palmas

superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Câmara Municipal de Palmas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail licitacao@camarapalmas.pr.gov.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o



Câmara Municipal de Palmas

primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. As empresas participantes deverão ficar logadas no plataforma eletrônica para acompanhamento de todas as informações enviadas via chat, tais como solicitação para apresentação de documentação, recursos, horários e datas, entre outras informações.

16.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.camarapalmas.pr.gov.br/imprensa/licitacoes>.

16.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.12.1. ANEXO I – Documentos de Habilitação

16.12.2. ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar



Câmara Municipal de Palmas

16.12.2. ANEXO III – Termo de Referência

16.12.2.1. ANEXO IV – Modelo de Proposta

16.12.2.2. ANEXO V- Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art.7º da Constituição Federal

16.12.3. ANEXO VI – Minuta de Ata de Registro de Preços

16.12.4. ANEXO VII – Minuta do Contrato

Palmas, 22 de junho de 2026

Ricardo Severo Vaz

Presidente



Câmara Municipal de Palmas

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1.1 Habilitação jurídica;

1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

1.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

1.1.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

1.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

1.2 Habilitações fiscal, social e trabalhista:

1.2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

1.2.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários



Câmara Municipal de Palmas

federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

1.2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

1.2.4 declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

1.2.5 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

1.2.6 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal/distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

1.2.6.1 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

1.2.7 prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

1.3 Habilitação econômico-financeira:

1.3.1 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

1.3.1.1 Os documentos referidos no subitem acima limitar-se-ão ao último exercício social, caso a empresa tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

1.3.1.2 As empresas criadas no exercício financeiro do processo de contratação direta deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficam autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

1.3.1.3 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou do contrato/estatuto social.

1.3.2 Caso o fornecedor seja cooperativa, o balanço e as demais demonstrações contábeis deverão ser acompanhados de cópia do parecer da última auditoria contábil-financeira,



Câmara Municipal de Palmas

conforme dispõe o [artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971](#), ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.



Câmara Municipal de Palmas

ANEXO II - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS-PR	
1.	IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO E SOLICITANTE
1.1	Número do Processo: 14/2026
1.2	Número da Solicitação: 14/2026
1.3	Área Solicitante: ADMINISTRAÇÃO
2.	EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO: Jenifer Caroline Carneiro Rodrigues
2.1	Documento(s) de Designação (número): Portaria 19/2026

DIAGNÓSTICO – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

I. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL



Câmara Municipal de Palmas

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade de identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

I.I. Descrição do Problema a ser solucionado ou da necessidade apresentada (na forma do artigo 18, §1º, incisos I e IV da Lei 14.133, de 2021):

O problema a ser solucionado consiste na ausência de estrutura tecnológica e administrativa adequada na Câmara Municipal.

A presente contratação tem como objetivo a aquisição de aparelhos eletrônicos, diante da necessidade de aprimorar a estrutura tecnológica e administrativa da Câmara Municipal, proporcionando melhores condições para o desenvolvimento das atividades legislativas, administrativas e institucionais. Nesse contexto, se faz necessário a aquisição de equipamentos voltados para a realização de reuniões, à comunicação institucional e ao suporte das atividades desempenhadas pelos diversos setores do órgão.

Inicialmente, mostra-se imprescindível a aquisição de um televisor, suporte e notebook, destinados à sala de reuniões da Câmara Municipal. O referido espaço é utilizado frequentemente pelos vereadores e servidores para a realização de reuniões internas, encontros de comissões, discussões administrativas, atendimentos institucionais e demais atividades relacionadas ao interesse público. Entretanto, atualmente não dispõe de equipamentos adequados para apresentações de conteúdos, compartilhamento de documentos e realização de videoconferências, o que justifica a aquisição dos referidos itens.

A aquisição de um aparelho celular institucional, justifica-se pela necessidade de aprimorar as comunicações realizadas pelo setor de licitações e compras, responsável pelo contato diário com fornecedores e empresas para solicitação de orçamentos, esclarecimento de dúvidas e acompanhamento de procedimentos licitatórios. A inexistência de dispositivo exclusivo para tais atividades compromete a organização dos trabalhos e a eficiência das comunicações administrativas.



Câmara Municipal de Palmas

Também se faz necessária a aquisição de computadores, monitor, teclados e mouses, tendo em vista que parte dos equipamentos atualmente utilizados encontra-se defasada, apresentando lentidão e limitações que comprometem o desempenho das atividades administrativas e o adequado funcionamento dos sistemas utilizados pela Câmara Municipal.

A aquisição de nobreaks é igualmente necessária para proteger os equipamentos de informática contra oscilações e interrupções no fornecimento de energia elétrica, garantindo a continuidade temporária das atividades em caso de falta de energia e evitando perda de dados, danos aos equipamentos e prejuízos ao andamento dos trabalhos administrativos.

Dessa forma, a aquisição dos equipamentos pretendidos contribuirá para a modernização da estrutura administrativa da Câmara Municipal, proporcionando maior eficiência, segurança e qualidade na execução das atividades legislativas e administrativas, refletindo diretamente na melhoria dos serviços prestados à população.

Nesse contexto, o Estudo Técnico Preliminar deve avaliar a solução mais adequada para suprir as necessidades tecnológicas e administrativas da Câmara Municipal, garantindo melhores condições para a realização de reuniões, apresentações, videoconferências, comunicação institucional e execução das atividades legislativas e administrativas. Para tanto, deverão ser considerados critérios técnicos relacionados aos equipamentos a serem adquiridos, incluindo televisor, suporte, notebook, aparelho celular, computadores, monitor, teclados, mouses e nobreaks, observando-se requisitos mínimos de desempenho, qualidade, armazenamento, conectividade, ergonomia, durabilidade e compatibilidade com as necessidades operacionais da Câmara Municipal. Também deverão ser avaliados aspectos relacionados à segurança e continuidade das atividades, especialmente quanto à proteção dos equipamentos e à prevenção de perdas de dados em casos de oscilações ou interrupções no fornecimento de energia elétrica, visando assegurar maior eficiência, modernização e adequado funcionamento dos serviços públicos prestados pelo Poder Legislativo Municipal.

I.II. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento da Administração (artigo 18, §1º, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021):

A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual de 2026 conforme demonstrado abaixo:



Câmara Municipal de Palmas

Fornecimento de equipamentos eletrônicos e materiais de informática/impressoras	R\$ 33.000,00	Necessidade de aquisição de equipamentos de informática, para suprir a necessidade e para substituir os que já estão obsoletos. Ainda, recargas e/ou substituições de peças (componentes), e toners dos diversos fabricantes e modelos de impressoras do patrimônio, para atender a demanda de trabalho e impressões da casa.	Não aplica	Alto	Não	ABRIL
---	---------------	---	------------	------	-----	-------

Disponível no site:

<https://www.camarapalmas.pr.gov.br/imprensa/licitacoes/Plano-de-Contratacoes-Anuais/1/0/1292>

I.III. Descrição dos requisitos da potencial contratação (na forma do artigo 18, §1º, inciso III da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) Os equipamentos a serem adquiridos deverão ser novos, sem uso anterior, de fabricação recente e em linha de produção vigente, atendendo aos padrões de qualidade e desempenho compatíveis com a utilização contínua durante as sessões legislativas;
- b) Devem possuir recursos tecnológicos adequados para acesso a sistemas eletrônicos, e tamanho adequado que permita a leitura e visualização de documentos digitais, tais como projetos de lei, requerimentos, pareceres, atas e demais matérias legislativas;
- c) O televisor deverá possuir tamanho de tela de 70 polegadas, tecnologia LED UHD 4K ou equivalente, conectividade HDMI, USB, Wi-Fi, Bluetooth e Ethernet, permitindo adequada visualização das informações exibidas durante as sessões legislativas, bem como integração com outros dispositivos eletrônicos utilizados pela Câmara Municipal.
- d) A contratação deverá incluir suporte multiarticulado compatível com as dimensões e o peso do televisor, permitindo movimentos de inclinação, giro, avanço e recuo, garantindo melhor posicionamento do equipamento, segurança na instalação e maior conforto visual aos usuários.
- e) O notebook deverá dispor de, no mínimo, processador Intel Core i5 de 13ª geração ou superior, memória RAM de 16 GB, armazenamento SSD de 256 GB e tela Full HD de 15,6 polegadas, assegurando desempenho adequado para execução simultânea de sistemas, elaboração de documentos, pesquisas, videoconferências e demais atividades administrativas. Deverá possuir conectividade Wi-Fi e Bluetooth, portas



Câmara Municipal de Palmas

USB, HDMI e USB-C, webcam integrada, compatibilidade com o sistema operacional Microsoft Windows 11 e autonomia mínima de bateria de 6 horas, acompanhado dos acessórios necessários ao seu pleno funcionamento.

- f) O aparelho celular deverá possuir sistema operacional Android, memória RAM mínima de 8 GB, armazenamento interno de 256 GB, processador com desempenho compatível às atividades institucionais, tela de no mínimo 6,7 polegadas e bateria com capacidade mínima de 5.000 mAh. Deverá ainda possuir conectividade 4G/LTE ou superior, Wi-Fi, Bluetooth, entrada USB-C e conjunto de câmeras compatível com a realização de registros e videoconferências, garantindo mobilidade e comunicação eficiente no desempenho das atividades institucionais.
- g) Os computadores desktop deverão possuir processador Intel Core i5 de 13ª geração ou superior, memória RAM mínima de 8 GB, expansível até 32 GB, sistema operacional Windows 11, monitor LED Full HD de 23,8 polegadas, conectividade Wi-Fi e Bluetooth, placa gráfica integrada e periféricos compatíveis, garantindo desempenho adequado para execução das atividades administrativas desenvolvidas pelos servidores da Câmara Municipal.
- h) Os nobreaks deverão possuir potência mínima compatível com os equipamentos a serem protegidos, entrada bivolt automática, bateria interna, religamento automático, proteção contra oscilações e interrupções de energia elétrica e demais recursos necessários para garantir a continuidade e a segurança das atividades desenvolvidas nos equipamentos eletrônicos da Câmara Municipal.
- i) O monitor deverá possuir tela LED de 23,8 polegadas com resolução Full HD, proporcionando qualidade de imagem adequada para utilização em atividades administrativas e operacionais.
- j) Os teclados deverão possuir padrão ABNT2, conexão USB, teclado numérico e características ergonômicas adequadas à utilização contínua pelos servidores.
- k) Os mouses deverão possuir conexão USB, tecnologia óptica e resolução compatível com as atividades administrativas desenvolvidas no ambiente de trabalho.



Câmara Municipal de Palmas

- l) A contratada deverá fornecer todos os acessórios, cabos, carregadores, fontes de alimentação, manuais e demais componentes necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos.
- m) A contratada deverá oferecer suporte técnico eficaz e garantia abrangente que cubra possíveis defeitos de fabricação pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses.
- n) A contratada tem a responsabilidade de reparar ou indenizar, dentro do prazo estipulado pela autoridade competente, todas e quaisquer avarias ou danos causados aos bens da Administração ou de terceiros decorrentes de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos.
- o) A entrega dos materiais deverá ser realizada no seguinte endereço: Avenida Clevelândia, nº 591, Centro, Palmas – PR, CEP 85.690-035.
- p) A contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira exigidas pela legislação vigente.

I.IV. Classificação do Objeto e Fundamentação

- a) O objeto desta contratação caracteriza-se como serviço comum, de natureza continuada nos termos do artigo 6º inciso XXI, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021.
- b) O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo;
- c) A presente contratação será realizada por meio de Pregão na modalidade Eletrônica, por meio de sistema de registro de preços, considerando tratar-se de objeto comum para aquisição futura e eventual, com critério de julgamento menor preço por item.
- d) Ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;
- e) A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.
- f) Por se realizar com Sistema de Registro de Preços, o presente objeto não caracterizará contratação obrigatória para Administração.
- g) O procedimento de Intenção de Registro de Preço - IRP será dispensado, com base no



Câmara Municipal de Palmas

Decreto nº 4.341, art. 4º parágrafo 1º, alínea a, do Município de Palmas:

“A publicidade da intenção de registro de preços aos demais órgãos e entidades, prevista no inciso I do caput deste artigo poderá ser dispensada pela entidade gerenciadora, mediante justificativa, quando;

O objeto for de interesse restrito a órgãos ou entidades específicas da Administração Pública Municipal.”

II. PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

II.I Levantamento de Mercado (na forma do artigo 18, §1º, inciso V da Lei nº 14.133, de 2021):

O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas disponíveis para atendimento da necessidade administrativa, bem como na justificativa técnica e econômica da solução a ser adotada. Após a verificação da demanda apresentada e dos requisitos da contratação, foram avaliadas as opções existentes no mercado para o fornecimento dos equipamentos pretendidos.

Verificou-se que os equipamentos necessários à Câmara Municipal, tais como televisor, suporte para televisão, notebook, aparelho celular, computadores, monitor, teclados, mouses e nobreaks, são amplamente comercializados por diversos fornecedores, existindo ampla competitividade e variedade de marcas e modelos capazes de atender às especificações técnicas mínimas estabelecidas pela Administração.

Foram consideradas alternativas que contemplassem equipamentos com configurações inferiores, compatíveis e superiores às necessidades da Câmara Municipal. Entretanto, constatou-se que a aquisição de equipamentos com especificações inferiores poderia comprometer o desempenho das atividades administrativas e legislativas, reduzindo a vida útil dos bens e exigindo substituições em prazo mais curto. Por outro lado, a aquisição de equipamentos com configurações muito superiores às necessidades identificadas representaria custo desnecessário para a Administração, sem ganhos proporcionais de eficiência.

Dessa forma, optou-se pela definição de especificações técnicas compatíveis com as demandas institucionais, buscando assegurar desempenho adequado, durabilidade, confiabilidade e eficiência operacional, observando os princípios da economicidade e da



Câmara Municipal de Palmas

vantajosidade.

Diante da análise realizada, conclui-se que a solução mais adequada consiste na aquisição dos equipamentos especificados neste estudo, por atender plenamente às necessidades da Câmara Municipal, contribuir para a modernização da estrutura administrativa e proporcionar melhores condições para o desempenho das atividades legislativas e administrativas.

Justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar

Considerando as necessidades identificadas pela Câmara Municipal, foi realizada análise das soluções disponíveis no mercado para atendimento das demandas relacionadas à modernização da infraestrutura tecnológica e administrativa do órgão.

Verificou-se que existe ampla oferta de equipamentos de informática, comunicação e recursos audiovisuais capazes de atender às necessidades da Administração, com diferentes configurações, tecnologias e faixas de preço. Nesse contexto, a definição da solução buscou conciliar desempenho, confiabilidade, durabilidade e custo-benefício, de modo a garantir o adequado funcionamento das atividades legislativas e administrativas sem a aquisição de equipamentos com características superiores às efetivamente necessárias.

A solução escolhida contempla a aquisição de equipamentos destinados à realização de reuniões, apresentações, videoconferências, comunicação institucional, processamento de informações, execução de procedimentos administrativos e proteção da infraestrutura tecnológica contra oscilações e interrupções no fornecimento de energia elétrica.

A definição das especificações técnicas observou as necessidades operacionais da Câmara Municipal, considerando critérios de desempenho, compatibilidade, qualidade, segurança, vida útil e economicidade, de forma a assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Diante da análise realizada, conclui-se que a aquisição dos equipamentos especificados neste Estudo Técnico Preliminar constitui a solução mais adequada para atender às necessidades identificadas, promovendo a modernização da estrutura



Câmara Municipal de Palmas

administrativa, a melhoria das condições de trabalho dos servidores e a maior eficiência na prestação dos serviços públicos.

A especificação do modelo foi previamente definida pela autoridade demandante do órgão, conforme abaixo:

Especificações:

Item	Unid	Qnt.	Descrição do Produto
01	Und	1	Televisor - Requisitos: Tamanho de tela: 70 polegadas; Voltagem: 110/220v; Smart TV UHD; Conectividade: Bluetooth, Ethernet, HDMI, USB, Wi-fi; Tela de LED; Tecnologia do Visor: UHD 4K; Cor Preta; Com controle remoto e manuais; Garantia mínima de 12 meses; Certificado homologado pela Anatel.
02	Und	1	Suporte de Parede Multiarticulado para TV 70 polegadas com funções avanço/recuo; material: aço inoxidável; cor preta; articulação lateral de até 180°; capacidade de suportar no mínimo 30 kg; acompanha kit de instalação, organização de cabos e manuais.
03	Und	1	Notebook - Requisitos: Processador: Intel Core i5 de 13ª geração ou superior; mínimo de 10 núcleos ou desempenho equivalente/superior; Memória RAM: Mínimo de 16 GB DDR4 ou superior, expansível; Armazenamento: SSD NVMe de 256 GB; Tela: Mínimo 15,6, Resolução Full HD (1920x1080); Conectividade: Wi-Fi, Bluetooth 5.0 ou superior e Porta RJ-45 ou adaptador incluso; Portas: Mínimo de: 3 USB, 1 HDMI, 1 USB-C e Conector para áudio; Webcam: HD Integrada, Sistema Operacional: Compatível com Microsoft Windows 11 64 bits e Licenciamento OEM incluso; Bateria: Autonomia mínima de 6 horas; Garantia mínima de 12 meses on-site ou balcão autorizado no Brasil.
04	Und	1	Celular - Requisitos: Processador: Velocidade 2,2 GHz; Sistema operacional: Android; Armazenamento: Memória interna de 256 GB e memória RAM de 8G; Tela: Tela Super AMOLED de 6.7", resolução Full HD+ (1080px x 2340px); Bateria: Bateria de 5000 ah, tipo íon de lítio e com carregamento rápido; Conectividade: Rede Móvel de 4G/LTE, Conector de carregamento USB -C, Com conector USB, Bluetooth e Wi-Fi; Câmera: 3 câmeras traseiras de 50Mpx/5M px/2Mpx, 1 câmera frontal de 13 Mpx, Resolução da câmera traseira principal de 50 Mpx, Resolução de vídeo da Câmera traseira de 1920px x 1080px, Resolução da câmera frontal principal de 13 Mpx e Resolução das câmeras traseiras de 50 Mpx/5 Mpx/2 Mpx; Cor: Preta.
05	Und	05	Computador - Requisitos: Processador: Intel Core i5-133AU (10 núcleos, cache de 15 MB); Geração do processador: 13ª geração; Velocidade do Processador: 4,6 GHz; Memória Ram 8 GB; Memória expansível de até 32



Câmara Municipal de Palmas

			GB; Sistema Operacional: windows 11; Versão do Sistema Operacional: Português; Tipo de Display: Anti reflexo e com borda infinita; Monitor de LED Tamanho 23,8"; Resolução da tela: Full HD (1920x1080); Placa de vídeo integrada, Intel UHD com memória gráfica compartilhada; Conexões: 1 porta USB 3.2 de 2ª geração Type-C, 3 portas USB 3.2 de 1ª geração Type-A com Powershare, 1 porta USB 3.2 de 2ª geração Type-A; Conectividade: Wi-fi, bluetooth; Mouse e teclado incluso; Voltagem: Bivolts; Cor: Preto; Deve estar em linha de produção pelo fabricante.
06	Und	10	Nobreak - Requisitos: Potência nominal de pico: 600 VA / 300 W; Topologia: Interativo; Forma de onda em modo Bateria : Semissenoidal (retangular); Frequência de saída em modo Bateria : 60 Hz \pm 1 Hz; Frequência de entrada: 60 Hz \pm 3 Hz; Tensão nominal de entrada: bivolt automático 120V~ \pm 20% (96-144 V~) / 220 V~ \pm 20% (176-264 V~); Tensão nominal de saída: 120 V~; Regulação da tensão de saída: Modo Rede: 120V~ \pm 10%; Modo Bateria: 120V~ \pm 5%; Tomadas de saída: 4 tomadas de 10 A (NBR 14136); Bateria interna: 1 selada (VRLA) 12 V 7 Ah; Religamento automático ² : o nobreak reinicia automaticamente quando a rede elétrica volta à normalidade, mesmo quando a bateria está descarregada; Função DC start ¹ : permite ligar o nobreak mesmo na ausência de energia elétrica; Sinalizações audiovisuais: status da bateria e indicação de sobrecarga via LEDs e alertas sonoros.
07	Und	01	Monitor - Requisitos: Tamanho da tela: 23.8"; Tipo de display: Led; Resolução: Full Hd (1920x1080); Cabo de HDMI; Voltagem: bivolt.
08	Und	05	Teclado - Requisitos: Layout ABNT2; Conexão USB; Teclas silenciosas e confortáveis; Suportes ajustáveis; Teclado numérico completo; Cor: Preto
09	Und	05	Mouse - Requisitos: Fio M110, comprimento de 180 cm; DPI: 1000; Tecnologia de rastreamento: Óptico; Resolução do sensor: 1000 DPI; Roda de rolagem

Justificativa para escolha dos fornecedores

A escolha dos fornecedores para o levantamento da estimativa de preços dos serviços à Câmara Municipal foi realizada com base nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, em estrita observância à Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), especialmente o Art. 23, incisos I, II, III e IV.

A formação da Cesta de Preços com base em, no mínimo, 3 (três) fornecedores, contratações similares feitas pela Administração Pública, é válida e em consonância com o Art. 23 da NLLC, seguindo o Enunciado do TCU Acórdão 1875/2021-Plenário.

Os respectivos orçamentos e a justificativa detalhada para escolha dos fornecedores, encontram-se no Apêndice I, deste Estudo, "Documento de Formalização da Pesquisa de Preços".



Câmara Municipal de Palmas

II.II. Escolha da Solução (artigo 18, §1º, inciso V e VI da Lei nº 14.133, de 2021)

III. DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

III.I Descrição da Solução como um todo (na forma do artigo 18, §1º, inciso IV e VII da Lei nº 14.133, de 2021):

Uma solução é o conjunto de todos os elementos dos bens necessários para, de forma integrada, gerar os resultados que atendam à necessidade que ocasionou a contratação.

- a) A presente contratação será realizada por meio de Pregão na modalidade Eletrônica, por meio de sistema de registro de preços, considerando tratar-se de objeto comum para aquisição futura e eventual, com critério de julgamento menor preço por item.
- b) Os equipamentos a serem adquiridos deverão ser novos, sem uso anterior, de fabricação recente, em linha de produção vigente e acompanhados de garantia mínima de 12 (doze) meses, observadas as especificações mínimas a seguir:
 - 1) Televisor (01 unidade): Smart TV UHD de 70 polegadas, tecnologia LED UHD 4K, cor preta, bivolt, com conectividade Wi-Fi, Bluetooth, Ethernet, HDMI e USB, acompanhada de controle remoto e certificação homologada pela Anatel.
 - 2) Suporte para televisor (01 unidade): suporte multiarticulado compatível com televisor de 70 polegadas, fabricado em aço, com funções de avanço, recuo e ajuste de posicionamento, acompanhado de kit de instalação e sistema de organização de cabos.
 - 3) Notebook (01 unidade): processador Intel Core i5 de 13ª geração ou superior, memória RAM mínima de 16 GB, armazenamento SSD NVMe de 256 GB, tela Full HD de 15,6 polegadas, conectividade Wi-Fi e Bluetooth, portas USB, HDMI e USB-C, webcam integrada, compatibilidade com Microsoft Windows 11 e autonomia mínima de bateria de 6 horas.
 - 4) Aparelho celular (01 unidade): sistema operacional Android, processador com velocidade mínima de 2,2 GHz, memória RAM de 8 GB, armazenamento interno de 256 GB, tela Super AMOLED ou equivalente de 6,7 polegadas com resolução Full



Câmara Municipal de Palmas

HD+, bateria de 5.000 mAh com carregamento rápido, conectividade 4G/LTE ou superior, Wi-Fi, Bluetooth e USB-C, câmera traseira tripla de no mínimo 50 MP + 5 MP + 2 MP e câmera frontal de 13 MP, na cor preta.

5) Computador completo – Desktop (05 unidades): processador Intel Core i5 de 13ª geração ou superior, memória RAM mínima de 8 GB expansível até 32 GB, sistema operacional Windows 11 em português, monitor LED Full HD de 23,8 polegadas, placa gráfica integrada, conectividade Wi-Fi e Bluetooth, acompanhado de teclado e mouse, bivolt e em linha de produção pelo fabricante.

6) Nobreak (10 unidades): potência nominal mínima de 600 VA/300 W, topologia interativa, entrada bivolt automática, quatro tomadas padrão NBR 14136, bateria interna selada, religamento automático, função DC Start e sistema de sinalização audiovisual para monitoramento de operação e bateria.

7) Monitor (01 unidade): monitor LED de 23,8 polegadas, resolução Full HD (1920x1080), acompanhado de cabo HDMI e alimentação bivolt.

8) Teclado (05 unidades): teclado USB padrão ABNT2, na cor preta, com teclado numérico completo, teclas silenciosas e suportes ajustáveis.

9) Mouse (05 unidades): mouse óptico USB, resolução mínima de 1.000 DPI, com roda de rolagem e cabo de aproximadamente 180 cm.

c) A contratada deverá fornecer todos os acessórios, cabos, manuais, fontes de alimentação e demais componentes necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos.

d) A contratada deverá oferecer suporte técnico eficaz e garantia abrangente que cubra possíveis problemas do produto de no mínimo 12 meses;

e) A entrega do material deverá ser realizada no seguinte endereço: Avenida Clevelândia, 591, Palmas - PR, CEP: 85.690-035;

f) A instalação do material será de responsabilidade da Contratante.



Câmara Municipal de Palmas

III.II Estimativa dos materiais a serem adquiridos:

A estimativa dos materiais a serem adquiridos foi elaborada com base nas necessidades identificadas pelos diversos setores da Câmara Municipal, visando proporcionar melhores condições para a execução das atividades legislativas e administrativas, bem como promover a modernização da infraestrutura tecnológica do órgão.

Verificou-se a necessidade de disponibilização de equipamentos destinados à sala de reuniões, permitindo a realização de apresentações, videoconferências, compartilhamento de informações e demais atividades institucionais desenvolvidas por vereadores e servidores.

Também foi identificada a necessidade de aquisição de aparelho celular institucional para utilização nas atividades do setor de licitações e compras, possibilitando maior eficiência na comunicação com fornecedores, solicitação de orçamentos e acompanhamento dos procedimentos administrativos relacionados às contratações públicas.

Além disso, constatou-se a necessidade de substituição e ampliação de parte da infraestrutura de informática atualmente utilizada pela Câmara Municipal, considerando que alguns equipamentos encontram-se defasados e apresentam desempenho insuficiente para atender às demandas administrativas. Nesse sentido, a aquisição de computadores, monitor, teclados, mouses e nobreaks visa proporcionar maior eficiência operacional, segurança das informações e continuidade dos serviços, especialmente em situações de oscilações ou interrupções no fornecimento de energia elétrica.

Dessa forma, estima-se a aquisição de 01 (um) televisor, 01 (um) suporte para televisor, 01 (um) notebook, 01 (um) aparelho celular, 05 (cinco) computadores completos, 10 (dez) nobreaks, 01 (um) monitor, 05 (cinco) teclados e 05 (cinco) mouses, quantitativos definidos com base nas necessidades atuais da Câmara Municipal e suficientes para atender às demandas identificadas.

MÉDIA DE VALORES APURADOS NA PESQUISA DE PREÇOS

III.III Estimativa do Valor da Contratação (na forma do artigo 18, §1º, inciso VI da Lei nº 14.133, de 2021):

O valor previamente estimado da contratação é compatível com os valores praticados pelo mercado considerando cotações com fornecedores, contratações similares feitas pela



Câmara Municipal de Palmas

Administração Pública conforme o art. 23, da Lei 14.133/2021.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021, no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterà: inciso V método estatístico aplicado para a definição do valor estimado.

Após o cálculo da **mediana** chegou-se ao preço estimado da contratação de **R\$49.067,88** (*quarenta e nove mil e sessenta e sete reais e oitenta e oito centavos*). Os preços unitários podem ser conferidos na tabela abaixo:

Item	Unid	Qnt	Descrição do Produto	Valor Unt.	Valor Total
01	Und	1	Televisor - Requisitos:Tamanho de tela: 70 polegadas; Voltagem: 110/220v; Smart TV UHD; Conectividade: Bluetooth, Ethernet, HDMI, USB, Wi-fi; Tela de LED; Tecnologia do Visor: UHD 4K; Cor Preta; Com controle remoto e manuais; Garantia mínima de 12 meses; Certificado homologado pela Anatel.	R\$4.604,00	R\$4.604,00
02	Und	1	Suporte de Parede Multiarticulado para TV 70 polegadas com funções avanço/recuo; material: aço inoxidável; cor preta; articulação lateral de até 180º; capacidade de suportar no mínimo 30 kg; acompanha kit de instalação, organização de cabos e manuais.	R\$262,98	R\$262,98
03	Und	1	Notebook - Requisitos:Processador: Intel Core i5 de 13º geração ou superior; mínimo de 10 núcleos ou desempenho equivalente/superior; Memória RAM: Mínimo de 16 GB DDR4 ou superior, expansível; Armazenamento: SSD NVMe de 256 GB; Tela: Mínimo 15,6, Resolução Full HD (1920x1080); Conectividade: Wi-Fi, Bluetooth 5.0 ou superior e Porta RJ-45 ou adaptador incluso; Portas: Mínimo de: 3 USB, 1 HDMI, 1 USB-C e Conector para áudio; Webcam: HD Integrada, Sistema Operacional: Compatível com Microsoft Windows 11 64 bits e Licenciamento OEM incluso; Bateria: Autonomia mínima de 6 horas; Garantia mínima de 12 meses on-site ou balcão autorizado no Brasil.	R\$4.595,82	R\$4.595,82
04	Unis	1	Celular - Requisitos: Processador: Velocidade 2,2 GHz; Sistema operacional: Android; Armazenamento: Memória interna de 256 GB e memória RAM de 8G; Tela: Tela Super AMOLED de 6.7", resolução Full HD+ (1080px x 2340px); Bateria: Bateria de 5000 ah, tipo íon de lítio e com carregamento rápido; Conectividade: Rede Móvel de 4G/LTE, Conector de carregamento USB -C, Com conector USB, Bluetooth e Wi-Fi;	R\$1.531,27	R\$1.531,27



Câmara Municipal de Palmas

			Câmera: 3 câmeras traseiras de 50Mpx/5M px/2Mpx, 1 câmera frontal de 13 Mpx, Resolução da câmera traseira principal de 50 Mpx, Resolução de vídeo da Câmera traseira de 1920px x 1080px, Resolução da câmera frontal principal de 13 Mpx e Resolução das câmeras traseiras de 50 Mpx/5 Mpx/2 Mpx; Cor: Preta.		
05	Und	05	Computador - Requisitos: Processador: Intel Core i5-133AU (10 núcleos, cache de 15 MB); Geração do processador: 13ª geração; Velocidade do Processador: 4,6 GHz; Memória Ram 8 GB; Memória expansível de até 32 GB; Sistema Operacional: windows 11; Versão do Sistema Operacional: Português; Tipo de Display: Anti reflexo e com borda infinita; Monitor de LED Tamanho 23,8"; Resolução da tela: Full HD (1920x1980); Placa de vídeo integrada, Intel UHD com memória gráfica compartilhada; Conexões: 1 porta USB 3.2 de 2ª geração Type-C, 3 portas USB 3.2 de 1ª geração Type-A com Powershare, 1 porta USB 3.2 de 2ª geração Type-A; Conectividade: Wi-fi, bluetooth; Mouse e teclado incluso; Voltagem: Bivolts; Cor: Preto; Deve estar em linha de produção pelo fabricante.	R\$6.469,50	R\$32.347,50
06	Und	10	Nobreak - Requisitos: Potência nominal de pico: 600 VA / 300 W; Topologia: Interativo; Forma de onda em modo Bateria : Semissenoidal (retangular); Frequência de saída em modo Bateria : 60 Hz \pm 1 Hz; Frequência de entrada: 60 Hz \pm 3 Hz; Tensão nominal de entrada: bivolt automático 120V~ \pm 20% (96-144 V~) / 220 V~ \pm 20% (176-264 V~); Tensão nominal de saída: 120 V~; Regulação da tensão de saída: Modo Rede: 120V~ \pm 10%; Modo Bateria: 120V~ \pm 5%; Tomadas de saída: 4 tomadas de 10 A (NBR 14136); Bateria interna: 1 selada (VRLA) 12 V 7 Ah; Religamento automático ² : o nobreak reinicia automaticamente quando a rede elétrica volta à normalidade, mesmo quando a bateria está descarregada; Função DC start ¹ : permite ligar o nobreak mesmo na ausência de energia elétrica; Sinalizações audiovisuais: status da bateria e indicação de sobrecarga via LEDs e alertas sonoros.	R\$444,44	R\$4.444,40
07	Und	01	Monitor - Requisitos: Tamanho da tela: 23.8"; Tipo de display: Led; Resolução: Full Hd (1920x1080); Cabo de HDMI; Voltagem: bivolt.	R\$673,41	R\$673,41
08	Und	05	Teclado - Requisitos: Layout ABNT2; Conexão USB; Teclas silenciosas e confortáveis; Suportes ajustáveis; Teclado numérico completo; Cor: Preto	R\$53,83	R\$269,15



Câmara Municipal de Palmas

09	Und	05	Mouse - Requisitos: Fio M110, comprimento de 180 cm; DPI: 1000; Tecnologia de rastreamento: Óptico; Resolução do sensor: 1000 DPI; Roda de rolagem	R\$67,87	R\$339,35
Valor Total				R\$49.067,88	

As memórias de cálculo, preços referenciais, métodos estatísticos estão pormenorizadas do Documento de Formalização de Pesquisa de Preço, anexo a este Estudo.

III.IV. Justificativas para o Parcelamento, ou Não, da Contratação (na forma do artigo 18, §1º, inciso VIII da Lei nº 14.133, de 2021):

Considera-se viável o parcelamento do objeto. No caso em análise, verifica-se que o objeto da contratação é composto por bens de natureza comum e divisível, televisor de grande porte e suporte multiarticulado, notebook e aparelho celular, os quais, em tese, podem ser fornecidos por empresas distintas, o que indica possibilidade de parcelamento por itens.

IV. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes (na forma do artigo 18, § 1º, inciso XI da Lei nº 14.133, de 2021):

Não se faz necessário proceder a outras contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade desta demanda.

V. Resultados Pretendidos (na forma do artigo 18, § 1º, inciso IX da Lei nº 14.133, de 2021):

Pretende-se, com a presente contratação, proporcionar melhores condições estruturais e tecnológicas para a realização das atividades legislativas e administrativas desenvolvidas na sala de reuniões da Câmara Municipal, garantindo maior eficiência, funcionalidade e apoio às demandas institucionais dos vereadores.

VI. Providências a serem Adotadas (na forma do artigo 18, § 1º, inciso X da Lei nº 14.133, de 2021):

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do Contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização



Câmara Municipal de Palmas

e adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Para que os materiais sejam entregues em conteúdo com o esperado por esta Administração não se fazem necessárias adequações no ambiente deste órgão.

VII. Possíveis Impactos Ambientais e Respectivas Medidas Mitigadoras (na forma do artigo 18, § 1º, inciso XII da Lei nº 14.133, de 2021):

A presente contratação possui baixo potencial de impacto ambiental, por se tratar de aquisição de equipamentos eletrônicos destinados a uso interno, sem geração de resíduos significativos durante a fase de instalação.

Todavia, reconhece-se que o televisor e componentes eletrônicos, ao final de sua vida útil, podem gerar resíduos eletroeletrônicos, os quais, se descartados de forma inadequada, podem causar impactos ambientais. Além disso, há consumo de energia elétrica durante a utilização contínua dos equipamentos.

Como medidas mitigadoras, a Administração deve dar preferência por equipamentos com maior eficiência energética, aquisição de produtos novos de modo ampliar a vida útil e reduzir a necessidade de substituições frequentes e a destinação ambientalmente adequada dos equipamentos ao final de sua vida útil.

VIII. Posicionamento Conclusivo (na forma do art. 18, §1º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 2021):

O posicionamento é favorável à contratação de empresa para fornecimento de aparelhos eletrônicos para atender às necessidades da Câmara Municipal de Palmas/PR.

IX. DA CONCLUSÃO

Por todo exposto, conclui-se que a presente contratação é necessária para o atendimento do interesse público. Declara-se a viabilidade da contratação.



Câmara Municipal de Palmas

I. ASSINATURA(S) DO(S) MEMBRO(S) DA EQUIPE RESPONSÁVEL OU DO RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Jenifer Caroline Carneiro Rodrigues
Agente de Contratação



Câmara Municipal de Palmas

ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA nº14/2026

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Trata-se de procedimento licitatório destinado à contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de aparelhos eletrônicos e de suporte multiarticulado para televisor, com a finalidade de atender às necessidades da Câmara Municipal de Palmas/PR, observadas as condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Unid	Qnt	Descrição do Produto	Valor Unt.	Valor Total
01	Und	1	Televisor - Requisitos: Tamanho de tela: 70 polegadas; Voltagem: 110/220v; Smart TV UHD; Conectividade: Bluetooth, Ethernet, HDMI, USB, Wi-fi; Tela de LED; Tecnologia do Visor: UHD 4K; Cor Preta; Com controle remoto e manuais; Garantia mínima de 12 meses.	R\$4.604,00	R\$4.604,00
02	Und	1	Suporte de Parede Multiarticulado para TV 70 polegadas com funções avanço/recuo; material: aço inoxidável; cor preta; articulação lateral de até 180°; capacidade de suportar no mínimo 30 kg; acompanha kit de instalação, organização de cabos e manuais.	R\$262,98	R\$262,98
03	Und	1	Notebook - Requisitos: Processador: Intel Core i5 de 13ª geração ou superior; mínimo de 10 núcleos ou desempenho equivalente/superior; Memória RAM: Mínimo de 16 GB DDR4 ou superior, expansível; Armazenamento: SSD NVMe de 256 GB; Tela: Mínimo 15,6, Resolução Full HD (1920x1080); Conectividade: Wi-Fi, Bluetooth 5.0 ou superior e Porta RJ-45 ou adaptador incluso; Portas: Mínimo de: 3 USB, 1 HDMI, 1 USB-C e Conector para áudio; Webcam: HD Integrada, Sistema Operacional: Compatível com Microsoft Windows 11 64 bits e Licenciamento OEM incluso; Bateria: Autonomia mínima de 6 horas; Garantia mínima de 12 meses on-site ou balcão autorizado no Brasil.	R\$4.595,82	R\$4.595,82
04	Unis	1	Celular - Requisitos: Processador: Velocidade 2,2 GHz; Sistema operacional: Android; Armazenamento: Memória interna de 256 GB e memória RAM de 8G; Tela: Tela Super AMOLED de 6.7", resolução Full HD+ (1080px x 2340px); Bateria: Bateria de 5000 ah, tipo íon de lítio e com carregamento rápido; Conectividade: Rede Móvel de 4G/LTE, Conector de carregamento USB -C,	R\$1.531,27	R\$1.531,27



Câmara Municipal de Palmas

			Com conector USB, Bluetooth e Wi-Fi; Câmera: 3 câmeras traseiras de 50Mpx/5M px/2Mpx, 1 câmera frontal de 13 Mpx, Resolução da câmera traseira principal de 50 Mpx, Resolução de vídeo da Câmera traseira de 1920px x 1080px, Resolução da câmera frontal principal de 13 Mpx e Resolução das câmeras traseiras de 50 Mpx/5 Mpx/2 Mpx; Cor: Preta.		
05	Und	05	Computador - Requisitos: Processador: Intel Core i5-133AU (10 núcleos, cache de 15 MB); Geração do processador: 13ª geração; Velocidade do Processador: 4,6 GHz; Memória Ram 8 GB; Memória expansível de até 32 GB; Sistema Operacional: windows 11; Versão do Sistema Operacional: Português; Tipo de Display: Anti reflexo e com borda infinita; Monitor de LED Tamanho 23,8"; Resolução da tela: Full HD (1920x1080); Placa de vídeo integrada, Intel UHD com memória gráfica compartilhada; Conexões: 1 porta USB 3.2 de 2ª geração Type-C, 3 portas USB 3.2 de 1ª geração Type-A com Powershare, 1 porta USB 3.2 de 2ª geração Type-A; Conectividade: Wi-fi, bluetooth; Mouse e teclado incluso; Voltagem: Bivolt; Cor: Preto; Deve estar em linha de produção pelo fabricante.	R\$6.469,50	R\$32.347,50
06	Und	10	Nobreak - Requisitos: Potência nominal de pico: 600 VA / 300 W; Topologia: Interativo; Forma de onda em modo Bateria : Semisenoidal (retangular); Frequência de saída em modo Bateria : 60 Hz \pm 1 Hz; Frequência de entrada: 60 Hz \pm 3 Hz; Tensão nominal de entrada: bivolt automático 120V~ \pm 20% (96-144 V~) / 220 V~ \pm 20% (176-264 V~); Tensão nominal de saída: 120 V~; Regulação da tensão de saída: Modo Rede: 120V~ \pm 10%; Modo Bateria: 120V~ \pm 5%; Tomadas de saída: 4 tomadas de 10 A (NBR 14136); Bateria interna: 1 selada (VRLA) 12 V 7 Ah; Religamento automático ² : o nobreak reinicia automaticamente quando a rede elétrica volta à normalidade, mesmo quando a bateria está descarregada; Função DC start ¹ : permite ligar o nobreak mesmo na ausência de energia elétrica; Sinalizações audiovisuais: status da bateria e indicação de sobrecarga via LEDs e alertas sonoros.	R\$444,44	R\$4.444,40
07	Und	01	Monitor - Requisitos: Tamanho da tela: 23.8"; Tipo de display: Led; Resolução: Full Hd (1920x1080); Cabo de HDMI; Voltagem: bivolt.	R\$673,41	R\$673,41



Câmara Municipal de Palmas

08	Und	05	Teclado - Requisitos: Layout ABNT2; Conexão USB; Teclas silenciosas e confortáveis; Suportes ajustáveis; Teclado numérico completo; Cor: Preto	R\$53,83	R\$269,15
09	Und	05	Mouse - Requisitos: Fio M110, comprimento de 180 cm; DPI: 1000; Tecnologia de rastreamento: Óptico; Resolução do sensor: 1000 DPI; Roda de rolagem	R\$67,87	R\$339,35
Valor Total				R\$49.067,88	

1.2.

1.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DA CLASSIFICAÇÃO DO BENS

2.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns e de natureza não continuada, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. DO CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

3.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$49.067,88** (*quarenta e nove mil e sessenta e sete reais e oitenta e oito centavos*), conforme custos unitários anexo ao Estudo Técnico Preliminar.

3.2. Neste processo foram utilizados e localizados valores de acordo com os parâmetros do artigo 23 da Lei 14.33/21, incisos I, II, III e IV, sendo realizadas através de pesquisas diretas com fornecedores, pesquisa em sites especializados de domínio amplo e contratações similares feitas pela Administração Pública.

3.3. O item conta com no mínimo três valores, apurando-se a partir daí a mediana, conforme recomendação do TCU e atendendo a regra do art. 6º, XXIII, alínea “i”, da Lei de Licitações, houve diversificação da base de pesquisa, certificando-se de que os preços obtidos correspondem aos praticados no mercado, compondo a cesta de preços.

4. LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP

4.1. Para o presente processo licitatório, aplica-se o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresa de pequeno porte, em cumprimento a Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, alterada para a Lei Complementar nº 147/2014 de 07 de agosto de 2014.



Câmara Municipal de Palmas

5. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

5.1. A Fundamentação da Contratação e a justificativa de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, com base na Lei Federal 14.133/21, na Instrução Normativa Nº 67 de 2021, no Decreto Municipal nº4.268/2024, e no Decreto Legislativo Municipal nº 06/2025.

5.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual. <https://www.camarapalmas.pr.gov.br/imprensa/licitacoes/Plano-de-Contratacoes-Anuais/1/0/1292>

6. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

6.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses a partir da assinatura do contrato, conforme arts. 105 e 106 da Lei 14.133/2021.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

7.1. A descrição da solução, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

7.2. As dúvidas relativas às especificações do objeto poderão ser dirimidas pelos licitantes, pessoalmente no seguinte endereço: Avenida Clevelândia, 591, Centro, Palmas – Paraná, no horário de expediente, de segunda à sexta-feira, das 08:00h às 11:30h e 13:00h às 17:30h.

8. GARANTIA DOS BENS FORNECIDOS

8.1. A contratada deverá garantir a qualidade, segurança, durabilidade e conformidade dos equipamentos fornecidos, responsabilizando-se integralmente por eventuais defeitos de fabricação, vícios de qualidade, falhas de funcionamento, problemas de desempenho inadequado, incompatibilidades técnicas ou qualquer outro defeito que comprometa o uso regular dos equipamentos, desde que não decorrentes de mau uso por parte da Administração.

8.2. Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, período durante o qual a contratada se compromete a substituir, reparar ou corrigir qualquer que apresente defeitos, mau funcionamento ou não atenda às especificações técnicas previstas neste Termo de Referência, sem quaisquer custos adicionais para a Administração.

8.3. A substituição dos equipamentos deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da solicitação formal da Administração, devendo a



Câmara Municipal de Palmas

contratada assegurar a continuidade das atividades institucionais, inclusive mediante fornecimento de equipamento substituto, quando necessário.

8.4. A contratada deverá assegurar atendimento ágil e comunicação eficiente, respondendo prontamente às solicitações de verificação, manutenção, reparo ou substituição dos equipamentos durante o período de garantia.

8.5. A responsabilidade da contratada abrange todos os serviços necessários à perfeita execução do objeto, incluindo fornecimento, transporte, bem como quaisquer ajustes técnicos indispensáveis ao pleno funcionamento dos equipamentos.

8.6. O descumprimento dos prazos estabelecidos ou a recusa injustificada na substituição ou reparo dos equipamentos defeituosos sujeitará a contratada à aplicação das penalidades administrativas cabíveis, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato e na legislação vigente.

8.7. Todos os equipamentos substituídos deverão ser novos, originais, de primeiro uso, em linha de fabricação vigente, e atender integralmente às mesmas especificações técnicas e de desempenho definidas neste Termo de Referência, não sendo aceitos equipamentos usados, reconicionados, remanufaturados ou fora de linha.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1. Os requisitos da contratação, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1. A execução do objeto terá início após a emissão da Solicitação de Fornecimento pela Administração e seguirá rigorosamente as etapas e condições descritas neste item.

10.1.1. Planejamento, logística e prazos de entrega

I) A contratada deverá apresentar, previamente à entrega, planejamento logístico, informando:

a) informações sobre o rastreamento do objeto, quando disponível, bem como a previsão de início do fornecimento; e

b) prazo estimado para entrega integral dos equipamentos.

II) A entrega dos equipamentos deverão ser entregues **no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos** após a solicitação formal da Administração.



Câmara Municipal de Palmas

IV) O transporte dos equipamentos deverá ser realizado de forma segura e adequada, em embalagens originais de fábrica, lacradas e apropriadas, garantindo a integridade física e funcional até o local de entrega, sendo de inteira responsabilidade da contratada.

10.1.2. Condições de funcionamento

I) Os equipamentos deverão ser entregues em perfeitas condições de funcionamento, aptos ao uso imediato e em conformidade com as especificações técnicas.

II) Deverá ser assegurado que os equipamentos estejam livres de softwares não autorizados ou bloqueios indevidos ou restrições de uso.

10.1.3. Condições gerais

I) A contratada será responsável por todos os custos relativos ao fornecimento, transporte, substituição de equipamentos defeituosos, encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais.

II) Todas as entregas deverão ser realizadas em horário de funcionamento da Câmara Municipal.

III) O descumprimento das condições, prazos ou especificações estabelecidas sujeitará a contratada às penalidades administrativas cabíveis, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato e na legislação aplicável.

11. SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual

12. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

12.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

13.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



Câmara Municipal de Palmas

13.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

13.5. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

13.6. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

13.7. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

13.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

13.9. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

13.10. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

13.11. A fiscalização e gestão do contrato, conforme portaria nº12/2026, será exercida por:

Nome	Gestor/Fiscalizador	CPF
Ricardo Severo Vaz	Gestor	***.641.039**



Câmara Municipal de Palmas

Marisete Aparecida Petrolí e Gilmar Stahlschmidt de Moura Junior	Fiscais	***.931.459** e ***.508.259 **
--	---------	-----------------------------------

13.12. Declaram o gestor e fiscal estarem ciente das responsabilidades e atribuições previstas na regulamentação e as constantes na Lei nº 14.133/2021 decorrentes da indicação e afirmam plena concordância com as condições estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos.

14. DO REAJUSTE, DA REVISÃO E DAS ATUALIZAÇÕES

14.1. O contrato por lei poderá ser reajustado caso exista prorrogação após decorridos 12 (doze) meses de execução contratual, de acordo à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do IBGE, acumulado no período de 12 (doze) meses, ou outro índice que vier a substituí-lo, tendo como data base a data do orçamento estimado.

15. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

15.1. Recebimento do Objeto:

15.2. O recebimento do objeto compreenderá duas etapas distintas, a seguir discriminadas:

15.3. Os objetos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, esta verificação deverá estar concluída em até 02 (dois) dias.

15.4. Após a realização de verificação que constate não haver defeitos, vícios ou incorreções ou que já tenham sido corrigidos pela Contratada quaisquer apontamentos efetuados, o fiscal do contrato emitirá o Termo de Recebimento Provisório.

15.5. O recebimento definitivo ocorrerá pelo (a) responsável pelo acompanhamento e gestão do contrato ou comissão designada, prazo de 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento provisório mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

15.6. Os bens e serviços quando aplicáveis poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive durante o recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



Câmara Municipal de Palmas

15.7. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

15.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o recebimento definitivo não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

15.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

16. PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

16.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de quinze dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

16.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.3. A nota fiscal deverá ser emitida com o Imposto de Renda retido na fonte, conforme tabela de retenção constante no Anexo I da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234 de 2012 e suas alterações posteriores. Cabe à contratada o destaque deste imposto no corpo das notas fiscais. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço. Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus à contratante;



Câmara Municipal de Palmas

16.4. Deverão ser apresentados pela contratada com a nota fiscal, podendo acarretar possível atraso no pagamento na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

- a) apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) apresentação de Certidão Negativa de Débitos junto aos Governos Estadual e Municipal, inclusive com o Município de Palmas/PR;
- c) apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

16.5. O contratante fará a retenção, com repasse ao Órgão Arrecadador, de qualquer tributo ou contribuição determinada por legislação específica, sendo que a contratante se reserva o direito de efetuar-la ou não nos casos em que for facultativo;

16.6. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

16.7. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;

16.8. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior;

16.9. O pagamento será realizado por meio de boleto, confeccionado pelo contratado;

16.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como quitado o boleto bancário;

16.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

16.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



Câmara Municipal de Palmas

16.13. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela contratante, como critério para correção monetária aplicar-se-á o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo IBGE. Em caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Contratante, os juros moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. Quando da incidência da correção monetária e juros moratórios, os valores serão computados a partir do vencimento do prazo de pagamento de cada parcela devida.

17. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

17.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

17.2. A participação na dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

17.3. Forma de fornecimento;

17.4. O fornecimento do objeto será conforme a demanda da Administração, dentro do prazo estabelecido neste Termo e no Aviso de Contratação Direta.

18. EXIGÊNCIA DE HABILITAÇÃO

18.1. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico – financeira no presente processo licitatório seguirá o estipulado nos artigos 62 a 70 da Lei 14.133/21.

18.2. Se a(s) documentações apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) documentos e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

18.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas no aviso de contratação direta e seus anexos quanto às especificações do objeto.

19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:



Câmara Municipal de Palmas

19.1. Certificar-se preliminarmente de todas as condições exigidas neste Termo e no Aviso de Contratação Direta, não sendo levada em consideração qualquer argumentação posterior de desconhecimento

19.2. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas, durante toda a vigência do contrato, informando à Contratante a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições.

19.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

19.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias que antecede a data estimada de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

19.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

19.6. Reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

19.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

19.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;



Câmara Municipal de Palmas

19.9. É de responsabilidade da Contratada, possuir em seu quadro, pessoal devidamente habilitado para a função a ser exercida, em seu nome, quando for o caso, observando rigorosamente todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora;

19.10. Não manter em seu quadro de pessoal menores de idade em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

19.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

19.12. Realizar com pontualidade no local específico determinado pela Contratante, a entrega dos bens, bem como atender as demais condições neste Termo e com o Aviso de Contratação Direta.

19.13. Fornecer os bens em estrita conformidade com as especificações contidas neste Termo e no Aviso de Contratação Direta e na proposta de preço apresentada, aos quais se vincula, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer seja de preços, quer seja nas condições estabelecidas.

19.14. A Contratada estará sujeita à fiscalização dos produtos no ato da entrega e ao final, reservando-se a Câmara Municipal, através do gestor e/ou fiscal, o direito de não receber os produtos, caso os mesmos não se encontrem em condições satisfatórias, má qualidade e divergentes das especificações contratuais.

19.15. Responsabilizar-se pelo transporte dos bens no local determinado pela Contratante para a boa execução contratual.

19.16. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que se está obrigada, exceto se previamente autorizado pelo gestor e/ou fiscal do contrato.

19.18. Garantir a qualidade do produto de acordo com as especificações contidas neste Termo e no Aviso de Contratação Direta, e na proposta de preço apresentada, ficando a licitante vencedora obrigada a corrigir, remover ou substituir em um prazo máximo de 15 (quinze) dias, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

19.19. A execução do objeto terá início após a emissão da Solicitação de Fornecimento a contratada deverá entregar os bens objeto da contratação em até 15 dias corridos.



Câmara Municipal de Palmas

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do recebimento dos produtos, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

20.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

20.3. Cumprir com o compromisso financeiro assumido com a CONTRATADA, respeitando as condições pactuadas.

20.4. Efetuar as retenções tributárias sobre o serviço prestado, consoante a legislação vigente.

20.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

20.6. Comunicar à Contratada qualquer irregularidade manifestada no objeto, para que sejam adotadas as medidas pertinentes.

20.7. Proceder ao recebimento provisório dos objetos e, não havendo mais pendências, a administração promoverá o recebimento definitivo dos bens.

20.8. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

20.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo;

20.10. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto contratual, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

20.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

20.12. Aplicar as sanções administrativas pertinentes em caso de inadimplemento, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa, bem como a proporcionalidade e a razoabilidade.



Câmara Municipal de Palmas

20.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

21. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

21.1. Na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATANTE poderá, garantidos o contraditório e a ampla defesa, rescindir unilateral ou amigavelmente o contrato, na forma do art. 138, bem como aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 156, ambos do mesmo diploma legal.

21.2. No caso de extinção contratual poderá ser aplicada multa de acordo com o disposto nas sanções.

22. DAS SANÇÕES

22.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, à aplicação das seguintes sanções administrativas:

22.1.1. Advertência;

22.1.2. Multa;

22.1.3. Impedimento de licitar ou contratar;

22.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

22.2. Poderão ser aplicadas multas de caráter moratório e compensatório, a serem aplicadas de acordo aos percentuais indicados na sequência:

22.2.1. De caráter moratório.

22.2.1.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, quando o atraso não for superior 30 (trinta) dias corridos;

22.2.1.2. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder o item anterior, até o limite de 15 (quinze) dias, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional, e a critério da CONTRATANTE.



Câmara Municipal de Palmas

22.2.2. De caráter compensatório.

22.2.2.1. 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto pela CONTRATADA, ou nos casos de rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida;

22.2.2.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela sua inexecução total ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE.

22.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato;

22.4. No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, fica facultado à CONTRATANTE reconhecer a ocorrência das hipóteses de rescisão contratual;

22.5. A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor da CONTRATANTE, sendo o dano superior ao percentual referido;

22.6. Não serão aplicadas as multas decorrentes de descumprimento das obrigações contratuais resultante da existência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados;

22.7. Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas aos cofres públicos da Municipalidade, em até 5 (cinco) dias úteis, contados de sua publicação no órgão oficial da contratante, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da CONTRATANTE;

22.8. A aplicação das penalidades é de competência exclusiva do Presidente da Câmara Municipal de Palmas/PR;

22.9. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos e a sistemática procedimentais previstos em Lei e regulamentação pertinente, bem como serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório à CONTRATADA;

22.10. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

23. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:



Câmara Municipal de Palmas

23.1. Os recursos destinados ao custeio correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias abaixo especificadas:

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamento e Material Permanente

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo

<hr/> Integrante Requisitante <i>Ricardo Severo Vaz</i> <i>Presidente</i>	<hr/> Integrante Administrativo <i>Jenifer Caroline Carneiro Rodrigues</i> <i>Agente de Contratação</i>
--	--

Palmas, 09 de junho de 2026

Aprovo,

Autoridade Competente
<hr/> <i>Ricardo Severo Vaz</i>



Câmara Municipal de Palmas

ANEXO IV– MODELO DE PROPOSTA

A/C Pregoeira da

Câmara Municipal de Palmas - PR

Pregão Eletrônico nº 0X/2026

A Empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ nº _____, com endereço na Rua _____, nº _____, CEP: _____ na cidade de _____ Estado do _____, telefone/celular: (____) _____; e-mail: _____, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital em epigrafe conforme descrito abaixo:

Item	Unid	Qnt	Descrição do Produto	Marca/Modelo	Valor Unt.	Valor Total
01	Und	1	Televisor - Requisitos:Tamanho de tela: 70 polegadas; Voltagem: 110/220v; Smart TV UHD; Conectividade: Bluetooth, Ethernet, HDMI, USB, Wi-fi; Tela de LED; Tecnologia do Visor: UHD 4K; Cor Preta; Com controle remoto e manuais; Garantia mínima de 12 meses.		R\$...	R\$...
02	Und	1	Suporte de Parede Multiarticulado para TV 70 polegadas com funções avanço/recuo; material: aço inoxidável; cor preta; articulação lateral de até 180°; capacidade de suportar no mínimo 30 kg; acompanha kit de instalação, organização de cabos e manuais.		R\$...	R\$...
03	Und	1	Notebook - Requisitos: Processador: Intel Core i5 de 13ª geração ou superior; mínimo de 10 núcleos ou desempenho equivalente/superior; Memória RAM: Mínimo de 16 GB DDR4 ou superior, expansível; Armazenamento: SSD NVMe de 256 GB; Tela: Mínimo 15,6, Resolução Full HD (1920x1080); Conectividade: Wi-Fi, Bluetooth 5.0 ou superior e Porta RJ-45 ou adaptador incluso; Portas: Mínimo de: 3 USB, 1 HDMI, 1 USB-C e Conector para áudio; Webcam: HD Integrada, Sistema Operacional: Compatível com Microsoft Windows 11 64 bits e		R\$...	R\$...



Câmara Municipal de Palmas

			Licenciamento OEM incluso; Bateria: Autonomia mínima de 6 horas; Garantia mínima de 12 meses on-site ou balcão autorizado no Brasil.			
04	Unis	1	Celular - Requisitos: Processador: Velocidade 2,2 GHz; Sistema operacional: Android; Armazenamento: Memória interna de 256 GB e memória RAM de 8G; Tela: Tela Super AMOLED de 6.7", resolução Full HD+ (1080px x 2340px); Bateria: Bateria de 5000 ah, tipo íon de lítio e com carregamento rápido; Conectividade: Rede Móvel de 4G/LTE, Conector de carregamento USB -C, Com conector USB, Bluetooth e Wi-Fi; Câmera: 3 câmeras traseiras de 50Mpx/5Mpx/2Mpx, 1 câmera frontal de 13 Mpx, Resolução da câmera traseira principal de 50 Mpx, Resolução de vídeo da Câmera traseira de 1920px x 1080px, Resolução da câmera frontal principal de 13 Mpx e Resolução das câmeras traseiras de 50 Mpx/5 Mpx/2 Mpx; Cor: Preta.		R\$...	R\$...
05	Und	05	Computador - Requisitos: Processador: Intel Core i5-133AU (10 núcleos, cache de 15 MB); Geração do processador: 13ª geração; Velocidade do Processador: 4,6 GHz; Memória Ram 8 GB; Memória expansível de até 32 GB; Sistema Operacional: windows 11; Versão do Sistema Operacional: Português; Tipo de Display: Anti reflexo e com borda infinita; Monitor de LED Tamanho 23,8"; Resolução da tela: Full HD (1920x1980); Placa de vídeo integrada, Intel UHD com memória gráfica compartilhada; Conexões: 1 porta USB 3.2 de 2ª geração Type-C, 3 portas USB 3.2 de 1ª geração Type-A com Powershare, 1 porta USB 3.2 de 2ª geração Type-A; Conectividade: Wi-fi, bluetooth; Mouse e teclado incluso; Voltagem: Bivolts; Cor: Preto; Deve estar em linha de produção pelo fabricante.		R\$...	R\$...
06	Und	10	Nobreak - Requisitos: Potência nominal de pico: 600 VA / 300 W; Topologia: Interativo; Forma de onda em modo Bateria : Semissenoidal (retangular); Frequência de saída em modo Bateria : 60 Hz ±1 Hz; Frequência de entrada: 60 Hz ±3 Hz; Tensão nominal de entrada: bivolts automático 120V~ ±20% (96-144 V~) / 220 V~ ±20% (176-264 V~); Tensão nominal de saída:		R\$...	R\$...



Câmara Municipal de Palmas

			120 V~; Regulação da tensão de saída: Modo Rede: 120V~ ±10%; Modo Bateria: 120V~ ±5%; Tomadas de saída: 4 tomadas de 10 A (NBR 14136); Bateria interna: 1 selada (VRLA) 12 V 7 Ah; Religamento automático ² : o nobreak reinicia automaticamente quando a rede elétrica volta à normalidade, mesmo quando a bateria está descarregada; Função DC start ¹ : permite ligar o nobreak mesmo na ausência de energia elétrica; Sinalizações audiovisuais: status da bateria e indicação de sobrecarga via LEDs e alertas sonoros.			
07	Und	01	Monitor - Requisitos: Tamanho da tela: 23.8"; Tipo de display: Led; Resolução: Full Hd (1920x1080); Cabo de HDMI; Voltagem: bivolt.		R\$...	R\$...
08	Und	05	Teclado - Requisitos: Layout ABNT2; Conexão USB; Teclas silenciosas e confortáveis; Suportes ajustáveis; Teclado numérico completo; Cor: Preto		R\$...	R\$...
09	Und	05	Mouse - Requisitos: Fio M110, comprimento de 180 cm; DPI: 1000; Tecnologia de rastreamento: Óptico; Resolução do sensor: 1000 DPI; Roda de rolagem		R\$...	R\$...
Valor Total					R\$...	

Indicação de email válido e ativo do fornecedor, a ser utilizado para o recebimento de notificações, solicitações, ordens de fornecimento e demais comunicações oficiais encaminhadas pela Administração.

Email: _____

VALIDADE DA PROPOSTA: mínimo de 60 (sessenta) dias. Declaramos que estamos cientes das condições apresentadas no termo de referência.

Palmas, _____ de _____ de 2026

Assinatura do representante legal

Razão social

CNPJ



Câmara Municipal de Palmas

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO

XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A Empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ nº _____, com endereço na Rua _____, nº _____, CEP: _____ na cidade de _____ Estado do _____, telefone/celular: (____) _____; e-mail: _____, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, vem por meio desta, DECLARAR que:

I - Não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

II - Para cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21.

III - Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

IV - Compromete-se a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

Palmas, _____ de _____ de 2026

Assinatura do representante legal

Razão social

CNPJ



Câmara Municipal de Palmas

ANEXO VI – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º XX/2026

Ata de registro de Preços para

A Câmara Municipal de Palmas, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº77.778.728/0001-73, com sede na Avenida Clevelândia, nº 591, Município de Palmas, Estado do Paraná, representado legalmente neste ato pelo Presidente, Sr Ricardo Severo Vaz, brasileiro, portador do RG nº xx e inscrito no CPF nº xx, residente e domiciliado neste Município de Palmas, Estado do Paraná, considerando o julgamento da licitação nº... em epígrafe numerada, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta Ata, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133/2021, e demais legislação aplicáveis e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de para eventual e futura contratação de empresa para o fornecimento de aparelhos eletrônicos e suporte multiarticulado, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Palmas – Paraná, disposto no item..... do Termo de Referência, anexo [do edital de Licitação nº/20...], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DA EMPRESA REGISTRADA E DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES ESTIMADAS E VALORES

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:



Câmara Municipal de Palmas

2.2. Fornecedor (*razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante*)

Item	Produto	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
xx				
TOTAL				

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será a Câmara Municipal de Palmas.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;



Câmara Municipal de Palmas

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

4.5. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.6. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimos de quantitativos

4.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na presente ata de registro de preços.



Câmara Municipal de Palmas

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:



Câmara Municipal de Palmas

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.



Câmara Municipal de Palmas

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7.1 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:



Câmara Municipal de Palmas

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6.1.3.3. O reajuste da Ata se dará após decorridos 12 (doze) meses, tendo como data-base a data do orçamento estimado, de acordo à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do IBGE, acumulado no período de 12 (doze) meses, ou outro índice que vier a substituí-lo.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.



Câmara Municipal de Palmas

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.



Câmara Municipal de Palmas

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.3, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Por razão de interesse público;

8.1.4. Não aceitar manter seu preço registrado; ou

8.1.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.5.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.



Câmara Municipal de Palmas

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo ao Edital.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Os recursos destinados ao custeio correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias abaixo especificadas:

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamento e Material Permanente

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo



Câmara Municipal de Palmas

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmas...de....2026

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador

e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

11.1. Fornecedor (*razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante*)

Item	Produto	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total



Câmara Municipal de Palmas

--	--	--	--	--

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

11.2. Fornecedor (*razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante*)

Item	Produto	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0X/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2026

QUE ENTRE SI CELEBRAM

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS/PR E A

EMPRESA



Câmara Municipal de Palmas

Pelo presente instrumento particular de Contrato Administrativo de fornecimento de produto/bem, sem vínculo empregatício, de um lado

A Câmara Municipal de Palmas, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº77.778.728/0001-73, com sede na Avenida Clevelândia, nº 591, Município de Palmas, Estado do Paraná, representado legalmente neste ato pelo Presidente, Sr Ricardo Severo Vaz, brasileiro, portador do RG nº xx e inscrito no CPF nº xx, residente e domiciliado neste Município de Palmas, Estado do Paraná, a seguir denominado CONTRATANTE.

De outro lado a Empresa....., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, com sede na Rua, n.º, Município de, Estado, CEP....., telefone, neste ato representada pelo(a) Sr.(a).....inscrito no CPF n.º....., residente e domiciliado em....., doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Legislativo Municipal nº 06/2025e demais legislação aplicável, celebram entre si o presente Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n., que será regido pelas cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é o Registro de preços, para eventual e futura contratação empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de aparelhos eletrônicos e de suporte multiarticulado para televisor, conforme exigências e quantidades dispostas na tabela abaixo.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Unid	Qnt	Descrição do Produto	Marca/Modelo	Valor Unt.	Valor Total
01	Und	1	Televisor - Requisitos:Tamanho de tela: 70 polegadas; Voltagem: 110/220v; Smart TV UHD; Conectividade: Bluetooth, Ethernet, HDMI,		R\$...	R\$...



Câmara Municipal de Palmas

			USB, Wi-fi; Tela de LED; Tecnologia do Visor: UHD 4K; Cor Preta; Com controle remoto e manuais; Garantia mínima de 12 meses.			
02	Und	1	Suporte de Parede Multiarticulado para TV 70 polegadas com funções avanço/recuo; material: aço inoxidável; cor preta; articulação lateral de até 180°; capacidade de suportar no mínimo 30 kg; acompanha kit de instalação, organização de cabos e manuais.		R\$...	R\$...
03	Und	1	Notebook - Requisitos: Processador: Intel Core i5 de 13ª geração ou superior; mínimo de 10 núcleos ou desempenho equivalente/superior; Memória RAM: Mínimo de 16 GB DDR4 ou superior, expansível; Armazenamento: SSD NVMe de 256 GB; Tela: Mínimo 15,6, Resolução Full HD (1920x1080); Conectividade: Wi-Fi, Bluetooth 5.0 ou superior e Porta RJ-45 ou adaptador incluso; Portas: Mínimo de: 3 USB, 1 HDMI, 1 USB-C e Conector para áudio; Webcam: HD Integrada, Sistema Operacional: Compatível com Microsoft Windows 11 64 bits e Licenciamento OEM incluso; Bateria: Autonomia mínima de 6 horas; Garantia mínima de 12 meses on-site ou balcão autorizado no Brasil.		R\$...	R\$...
04	Unis	1	Celular - Requisitos: Processador: Velocidade 2,2 GHz; Sistema operacional: Android; Armazenamento: Memória interna de 256 GB e memória RAM de 8G; Tela: Tela Super AMOLED de 6.7", resolução Full HD+ (1080px x 2340px); Bateria: Bateria de 5000 ah, tipo íon de lítio e com carregamento rápido; Conectividade: Rede Móvel de 4G/LTE, Conector de carregamento USB -C, Com conector USB, Bluetooth e Wi-Fi; Câmera: 3 câmeras traseiras de 50Mpx/5Mpx/2Mpx, 1 câmera frontal de 13 Mpx, Resolução da câmera traseira principal de 50 Mpx, Resolução de vídeo da Câmera traseira de 1920px x 1080px, Resolução da câmera frontal principal de 13 Mpx e Resolução das câmeras traseiras de 50 Mpx/5 Mpx/2 Mpx; Cor: Preta.		R\$...	R\$...
05	Und	05	Computador - Requisitos: Processador: Intel Core i5-133AU (10 núcleos, cache de 15 MB); Geração do processador: 13ª geração; Velocidade do Processador: 4,6 GHz; Memória Ram 8 GB; Memória expansível de até 32 GB;		R\$...	R\$...



Câmara Municipal de Palmas

			Sistema Operacional: windows 11; Versão do Sistema Operacional: Português; Tipo de Display: Anti reflexo e com borda infinita; Monitor de LED Tamanho 23,8"; Resolução da tela: Full HD (1920x1080); Placa de vídeo integrada, Intel UHD com memória gráfica compartilhada; Conexões: 1 porta USB 3.2 de 2ª geração Type-C, 3 portas USB 3.2 de 1ª geração Type-A com Powershare, 1 porta USB 3.2 de 2ª geração Type-A; Conectividade: Wi-fi, bluetooth; Mouse e teclado incluso; Voltagem: Bivolt; Cor: Preto; Deve estar em linha de produção pelo fabricante.			
06	Und	10	Nobreak - Requisitos: Potência nominal de pico: 600 VA / 300 W; Topologia: Interativo; Forma de onda em modo Bateria : Semisenoidal (retangular); Frequência de saída em modo Bateria : 60 Hz \pm 1 Hz; Frequência de entrada: 60 Hz \pm 3 Hz; Tensão nominal de entrada: bivolt automático 120V~ \pm 20% (96-144 V~) / 220 V~ \pm 20% (176-264 V~); Tensão nominal de saída: 120 V~; Regulação da tensão de saída: Modo Rede: 120V~ \pm 10%; Modo Bateria: 120V~ \pm 5%; Tomadas de saída: 4 tomadas de 10 A (NBR 14136); Bateria interna: 1 selada (VRLA) 12 V 7 Ah; Religamento automático ² : o nobreak reinicia automaticamente quando a rede elétrica volta à normalidade, mesmo quando a bateria está descarregada; Função DC start ¹ : permite ligar o nobreak mesmo na ausência de energia elétrica; Sinalizações audiovisuais: status da bateria e indicação de sobrecarga via LEDs e alertas sonoros.		R\$...	R\$...
07	Und	01	Monitor - Requisitos: Tamanho da tela: 23.8"; Tipo de display: Led; Resolução: Full Hd (1920x1080); Cabo de HDMI; Voltagem: bivolt.		R\$...	R\$...
08	Und	05	Teclado - Requisitos: Layout ABNT2; Conexão USB; Teclas silenciosas e confortáveis; Suportes ajustáveis; Teclado numérico completo; Cor: Preto		R\$...	R\$...
09	Und	05	Mouse - Requisitos: Fio M110, comprimento de 180 cm; DPI: 1000; Tecnologia de rastreamento: Óptico; Resolução do sensor: 1000 DPI; Roda de rolagem		R\$...	R\$...
Valor Total					R\$...	

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:



Câmara Municipal de Palmas

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital de Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contado da assinatura do Contrato, conforme preconiza o artigo 105, da Lei 14.133/21.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



Câmara Municipal de Palmas

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. O reajuste do contrato se dará após decorridos 12 (doze) meses, tendo como data-base a data do orçamento estimado, de acordo à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do IBGE, acumulado no período de 12 (doze) meses, ou outro índice que vier a substituí-lo. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.3. Comunicar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

8.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

8.6. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações exigidas;

8.7. . Permitir livre acesso dos empregados da empresa às suas dependências para a entrega do objeto a ser fornecido;

8.8. Proporcionar as facilidades necessárias para que a contratada possa fornecer o objeto deste Termo dentro das normas estabelecidas;



Câmara Municipal de Palmas

8.9. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da empresa;

8.10. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

9.2. Efetuar a entrega das mudas, insumos e demais materiais, bem como realizar os serviços contratados em perfeitas condições, conforme as especificações, prazos e locais indicados neste Termo de Referência e seus anexos, devendo estar acompanhados da respectiva nota fiscal, na qual constarão as informações pertinentes aos produtos fornecidos, tais como espécie vegetal, características técnicas, fabricante ou fornecedor dos insumos, procedência, prazo de validade quando aplicável e demais dados necessários à adequada identificação dos materiais utilizados;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, no prazo fixado neste Termo de Referência;

9.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 2 (dois) dias de antecedência que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.6. Manter, durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



Câmara Municipal de Palmas

9.7. Recolher todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições, estaduais e municipais, que incidam ou venham a incidir sobre a aquisição do objeto e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela Administração;

9.8. Assumir todas as despesas decorrentes do transporte dos materiais inclusive carga e descarga, até os locais indicados neste Termo;

9.9. Assegurar à Administração o direito de fiscalizar, sustar e/ou recusar os materiais e serviços que não estejam de acordo com as condições estabelecidas no presente Termo, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização a exime das responsabilidades pactuadas;

9.10. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Administração contratante;

9.11. Responsabilizar-se por todas as obrigações dispostas na Lei nº 14.133/21;

9.12. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Administração ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a entrega do objeto, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

9.13. Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do Processo Licitatório e da execução do objeto.

9.14. O frete dos produtos será realizado pela empresa contratada, sem qualquer custo adicional para a contratante. A contratada será responsável por todas as despesas associadas ao frete e ao descarregamento dos bens, garantindo que os mesmos sejam entregues no local designado pela contratante, em conformidade com os prazos e condições estabelecidos neste Termo.

9.15. É obrigação do contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DO OBJETO



Câmara Municipal de Palmas

11.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

11.2. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

11.3. A garantia será prestada com vistas a manter os bens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

11.4. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

11.5. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

11.6. As peças/materiais que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

11.7. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

11.8. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

11.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de



Câmara Municipal de Palmas

seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

11.10. O custo referente ao transporte dos bens cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, à aplicação das seguintes sanções administrativas.

12.1.1. Advertência.

12.1.2. Multa.

12.1.3. Impedimento de licitar ou contratar.

12.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.2. Poderão ser aplicadas multas de caráter moratório e compensatório, a serem aplicadas de acordo aos percentuais indicados na sequência.

12.3. De caráter moratório.

12.3.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, quando o atraso não for superior 30 (trinta).

12.3.2. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder o item anterior, até o limite de 15 (quinze) dias, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional, e a critério da CONTRATANTE.



Câmara Municipal de Palmas

12.4. De caráter compensatório.

12.4.1. 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto pela CONTRATADA, ou nos casos de rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida.

12.4.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela sua inexecução total ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE.

12.5. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

12.6. No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, fica facultado à CONTRATANTE reconhecer a ocorrência das hipóteses de rescisão contratual.

12.7. A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor da CONTRATANTE, sendo o dano superior ao percentual referido.

12.8. Não serão aplicadas as multas decorrentes de descumprimento das obrigações contratuais resultante da existência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados.

12.9. Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas aos cofres públicos da Municipalidade em até 5 (cinco) dias úteis, contados de sua publicação no Órgão Oficial da CONTRATANTE, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da CONTRATANTE.

12.10. A aplicação das penalidades é de competência exclusiva do Presidente da Câmara Municipal de Palmas



Câmara Municipal de Palmas

12.11. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos e a sistemática procedimentais previstos em Lei e regulamentação pertinente, bem como serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório à CONTRATADA.

12.12. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. Na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATANTE poderá, garantidos o contraditório e a ampla defesa, rescindir unilateral ou amigavelmente o contrato, na forma do art. 138, bem como aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 156, ambos do mesmo diploma legal.

13.2. No caso de extinção contratual poderá ser aplicada multa de acordo ao disposto nas sanções.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Os recursos destinados ao custeio correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias abaixo especificadas:

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamento e Material Permanente

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, no Decreto Legislativo Municipal nº 02/2024, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES



Câmara Municipal de Palmas

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ANTICORRUPÇÃO

17.1. partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Palmas/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].



Câmara Municipal de Palmas

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHA 1:

1- -----

TESTEMUNHA 2:

2- -----